



PRÓ -REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA SOCIAIS E EDUCAÇÃO BÁSICA

Michelle Santos Silva e Silva

TÁ NA HORA DO PAPÁ:

Práticas decoloniais e de socialização à mesa na educação infantil e nos anos iniciais

Rio de Janeiro

2023

Michelle Santos Silva e Silva

TÁ NA HORA DO PAPÁ:

Práticas decoloniais e de socialização à mesa na educação infantil e nos anos iniciais

Produto educacional da Especialização apresentado ao Programa de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais.

Orientador (a): Professor (a) Dra. Tatiana Bukowitz

Rio de Janeiro
2023

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

S586 Silva, Michelle Santos Silva e
Tá na hora do papá : práticas decoloniais e de socialização à mesa na
educação infantil e nos anos iniciais / Michelle Santos Silva e Silva. — Rio
de Janeiro, 2023.

32 f.

Produto educacional apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso
(Especialização em Ensino de Ciências Sociais e Educação Básica) –
Colégio Pedro II. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e
Cultura.

Orientador: Tatiana Bukowitz.

1. Ciências Sociais - Estudo e ensino. 2. Educação decolonial. 3.
Decolonização. 4. Socialização. 5. Ancestralidade. 6. Culinária. 7. Anos
iniciais do Ensino Fundamental - Estudo e ensino. 8. Educação infantil -
Estudo e ensino. I. Bukowitz, Tatiana. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 300

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 – 5692.

Michelle Santos Silva e Silva

TÁ NA HORA DO PAPÁ:

Práticas decoloniais e de socialização à mesa na educação infantil e nos anos iniciais

Produto educacional da Especialização apresentado ao Programa de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais.

Aprovado em: 11/10/2023.

Banca Examinadora:

Doutora Tatiana Bukowitz- ECSEB/CPII

Doutor Selmo Nascimento da Silva- ECSEB/CPII

Mestre Marcos Vinicius Reis Fernandes- SME/RJ

Rio de Janeiro
2023

Dedico este trabalho a todos que fizeram ou fazem parte desse meu eterno processo de construção e formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que foram meu primeiro meio de socialização, que muito ensinaram sobre “saberes” e que com muita dificuldade terminaram a Educação Básica, quando eu já engatinhava no Ensino Superior. Meus pais.

Entretanto, se existe uma ciência das sociedades, cabe esperar que ela não consista em uma simples paráfrase dos preconceitos tradicionais, mas nos mostre as coisas diferentes de como as vê o vulgo; pois o objeto de toda ciência é fazer descobertas, e toda descoberta desconcerta mais ou menos as opiniões aceitas (Émile Durkheim, 1858-1917)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato de “Produto Educacional” apresenta e discute os conceitos de decolonialidade e socialização em classes das primeiras etapas da Educação Básica (Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental). Esta proposta educacional analisa e identifica como tais conceitos (decolonialidade e socialização) se apresentam nos documentos oficiais que regem a educação no Brasil, sendo eles a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Levando em conta as orientações mencionadas em tais documentos, visamos contribuir com propostas para estas etapas de formação educacional que contemplem e relacionem os conceitos decolonialidade e socialização. Isto será realizado a partir de estratégias pedagógicas que apresentam alimentos e práticas culinárias associadas a aspectos étnico-culturais tradicionais brasileiros. Apresentamos duas propostas de atividades: uma voltada para a Educação Infantil e outra para os Anos Finais, a fim de contemplar algumas especificidades e alcances diferenciados de cada seguimento. Tais atividades objetivam introduzir a reflexão sobre hábitos alimentares saudáveis, comida ancestral, relações socioculturais vinculadas à culinária, cuidados específicos com o manejo de alimentícios e seu preparo dentro de cada contexto. Por meio da apresentação destes alimentos em seus contextos socioculturais objetiva-se sensibilizar os estudantes a práticas educativas decoloniais e a outras formas de socialização mediadas por tais alimentos. O produto educacional enfatiza o aprendizado através do lúdico, do contato com a ancestralidade de povos tradicionais na culinária brasileira, e da experimentação coletiva, buscando dialogar com os saberes prévios de cada criança.

Palavras- chave: práticas decoloniais; socialização; culinária ancestral; educação infantil; anos iniciais.

ABSTRACT

The present Final Course Work (TCC) in the format of an "Educational Product" presents and discusses the concepts of decoloniality and socialization in the early stages of Basic Education (Early Childhood Education and Elementary School). This educational proposal analyzes and identifies how these concepts (decoloniality and socialization) are presented in the official documents that govern education in Brazil, namely the National Education Guidelines and Bases Law (LDB) and the National Common Curricular Base (BNCC). Taking into account the guidelines mentioned in these documents, we aim to contribute with proposals for these stages of educational formation that encompass and relate the concepts of decoloniality and socialization. This will be done through pedagogical strategies that involve food and culinary practices associated with traditional Brazilian ethnic-cultural aspects. We present two activity proposals: one focused on Early Childhood Education and another for the later years, in order to address some specificities and different scopes of each segment. These activities aim to introduce reflection on healthy eating habits, ancestral food, sociocultural relationships linked to cuisine, specific care for the handling and preparation of food within each context. By presenting these foods in their sociocultural contexts, the objective is to sensitize students to decolonial educational practices and other forms of socialization mediated by such foods. The educational product emphasizes learning through play, contact with the ancestry of traditional peoples in Brazilian cuisine, and collective experimentation, aiming to engage with each child's prior knowledge.

Keywords: decolonial practices, socialization, ancestral cuisine, early childhood education, elementary years.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC- Base Nacional Curricular Comum

LDB- Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO/ INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO METODOLOGICA-TEÓRICA	12
2.1 – As primeiras etapas da Educação Básica na BNCC	12
2.1.2- Educação Infantil e suas premissas	12
2.1.3– Ensino Fundamental, Anos Iniciais	13
2.2 – O conceito de socialização segundo Durkheim e sua presença nas primeiras etapas da Educação Básica.	14
2.2.1- Breve histórico e conceituação	14
2.2.2 – Processo de Socialização para Durkheim	15
2.3 -Educação Decolonial	15
2.4 – Práticas Decoloniais	17
2.5 - Cozinha Ancestral.....	19
2.6 – Alimentação Saudável e Ancestralidade na Legislação Educacional Brasileira ...	19
3 DESENVOLVIMENTO	21
3.1 Educação Infantil	22
3.1.1.-Sugestão de desenvolvimento para cada aula:.....	23
3.1.2- Ensino Fundamental: Anos Iniciais	24
3.1.2.3- Sugestão de desenvolvimento semana a semana	26
4 CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	31

1 APRESENTAÇÃO/ INTRODUÇÃO

As mais diversas formas de aprendizagem sempre me encantaram, principalmente quando elas estão relacionadas às questões culturais. Fruto dos saberes advindo das ruas, das experiências de vida, saberes familiares, saberes ancestrais, populares, acadêmicos, sejam eles quais forem, quando se apresentam em sala de aula de forma espontânea principalmente, procuro aproveitar e explorar o tema ao máximo, pois sou árdua defensora da ideia de que não há saber maior e menor. Acredito fielmente que toda pessoa é capaz de produzir cultura, entregar, receber e aprender através de saberes diversos. Enquanto pedagoga que atua na área da educação bilíngue há oito anos, entendo que a sala de aula é mais plural do que eu posso perceber e cabe a mim proporcionar um ambiente de vivências que viabilize a aprendizagem e o desenvolvimento pleno de crianças tão pequenas através de um segundo idioma. Não é só sobre aprender cores, números ou animais. É compreender que são elementos presentes em espaços múltiplos e que a língua é um canal de comunicação que nos permite viver e entender outras culturas e outros saberes.

Este trabalho tem como proposta mostrar que conceitos da sociológicos estão presentes e são passíveis de serem trabalhados na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Pois, através da observação e autocrítica sobre a minha experiência profissional, pude perceber como os conceitos de socialização e decolonialidade podem ser pensados e desenvolvidos como forma de aprimorar a prática educativa através do pensamento decolonial e por consequência proporcionar aos alunos vivências que estimulam o raciocínio crítico e leitura de mundo ampla.

Está dividido e fundamentado com base na legislação vigente em nosso país, sendo utilizada a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e Base Nacional Comum Curricular para demonstração de como os conceitos escolhidos se apresentam nas mesmas. Ainda no referencial teórico traz um breve histórico sobre vida e obra de Émile Durkheim, sociólogo que fundamentou a pesquisa. Logo após apresento uma crítica as práticas colonizadoras presentes principalmente na Educação Infantil, na sequência a conceituação de decolonialidade e os instrumentos que vem proporcionando mudanças na prática educativa

Ao final apresento dois produtos educacionais: um para Educação Infantil e o outro para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em ambos constam propostas de

atividades que abordam o debate étnico-racial e que podem proporcionar a socialização através do lúdico, assim como a noção crítica sobre alimentação que nos é oferecida.

2 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA-TEÓRICA

2.1 – As primeiras etapas da Educação Básica na BNCC

Estando dividida em três etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), a Educação Básica tal como encontra-se estruturada atualmente, nem sempre foi composta ou teve em seu escopo a obrigatoriedade da oferta da etapa da Educação Infantil.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular, a partir da consolidação Constituição Federal de 1988, a oferta de creche e pré-escola passa a ser dever do Estado. Porém, apenas em 1996, com a publicação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a Educação Infantil passa a integrar a Educação Básica equiparando-se às demais etapas no que diz respeito ao processo de escolarização de crianças na faixa etária entre 0 e 6 anos. Já em 2013, após debates e reformulações na LDB, não só a oferta, mas a matrícula de crianças de 4 a 5 anos torna-se obrigatória na Educação Infantil.

De acordo com a LDB, crianças com 6 anos completos até o dia 31 de março do ano em curso, obrigatoriamente devem ser matriculadas no primeiro ano do Ensino Fundamental. Etapa esta que contempla a alfabetização, domínio sobre realização de cálculos, bem como o processo de compreensão acerca de fatos históricos, estruturas e relações sociais, e sobre meio ambiente.

2.1.2- Educação Infantil e suas premissas

Compreendendo a faixa etária que vai de zero a cinco anos, a Educação Infantil cada vez mais vem assumindo as características de um espaço onde o educar e o cuidar se fundem, visto que é no espaço escolar que a maioria das crianças encontrarão um local para trocas e vivências diferente do ambiente familiar.

Esta etapa tem por objetivo acolher as diversas culturas e costumes que cada criança carrega consigo e estruturá-los dentro de uma proposta pedagógica que os solidifique e ao mesmo tempo amplie sua gama de conhecimentos sobre os mais diversos saberes, sempre respeitando e proporcionando diálogos através de estímulos adequados para cada faixa etária. Cabe àqueles que atuam nesta etapa garantir que todo esse processo

será desenvolvido de acordo com os seis direitos de aprendizagem. Sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Estes seis direitos estão presentes e permeiam todos os campos experiências que norteiam a composição curricular da Educação Infantil:

- O eu, o outro e nós
- Corpo gestos e movimentos
- Traços, sons, cores e formas
- Escuta, fala, pensamento e imaginação

2.1.3– Ensino Fundamental, Anos Iniciais

Os Anos Iniciais caracterizam-se por ser a etapa de transição e consolidação dos conhecimentos adquiridos na Educação Infantil. É nela que se dará a continuidade dos trabalhos desenvolvidos na etapa anterior e se concretizarão os conhecimentos necessários para as próximas duas etapas, os Anos Finais e Ensino Médio.

É importante destacar que nesta etapa as crianças irão vivenciar importantes mudanças em seu desenvolvimento, portanto o incentivo à autonomia ainda se faz importante bem como os estímulos adequados para a consolidação da aprendizagem sobre as suas relações e construções sociais, decodificação dos códigos linguísticos e matemáticos, valorização das suas habilidades e respeito às diferenças.

Ao longo desta etapa é importante que seja feita a construção histórica e social do grupo em questão a fim de proporcionar um ambiente de identificação social e cultural, de forma a valorizar as diversas identidades que compõem a nossa sociedade e proporcionar não só o sentimento de pertença, mas também estimular o raciocínio crítico.

Os

campos de conhecimentos estão divididos em: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Com exceção de Matemática, em todos os outros campos é ressaltada a importância da abordagem cultural e social no processo de formação e desenvolvimento dos alunos matriculados nesta etapa do Ensino Fundamental.

2.2 – O conceito de socialização segundo Durkheim e sua presença nas primeiras etapas da Educação Básica.

A socialização e os processos que a compõem estão presentes e são destacados na BNCC como um dos principais pilares da educação formal. Durkheim é um dos teóricos mais citados quando falamos sobre o processo de socialização e escolarização por abordar o tema sob a ótica da sociologia e da antropologia, por ser atemporal e destaca-se entre psicólogos e demais teóricos que se debruçaram sobre o tema. Desta forma, iremos utilizar seus conceitos e relacioná-los com os demais temas abordados neste trabalho.

2.2.1- Breve histórico e conceituação

Durkheim nasceu e foi criado na França durante período de guerras e de grandes transformações socioeconômicas, períodos estes que mais tarde levariam a transformações política em todo o globo. Embora tenha nascido em uma família judaica, dedicou seus estudos à área das ciências humanas, tendo se formado primeiramente em filosofia e posteriormente em sociologia. No período pós guerras, devido à diversas mudanças sociais, como a dissociação entre Estado e igreja, assim como o surgimento dos ideais de Estado Laico, coincidem com o período em que se torna professor de Ciências da Educação em Sorbonne e desenvolve suas teorias acerca da sociedade e as forças que proporcionam transformações individuais e coletivas que neste trabalho serão destacadas apenas os principais conceitos a serem utilizados na pesquisa a fim de não criar uma visão reducionista de suas teorias.

Para Durkheim existe o entendimento de que todo fato ou acontecimento é fruto das particularidades e devem ser analisados enquanto um acontecimento social. Acontecimentos estes que ressoarão nas individualidades e compreendidos dentro de um campo maior e coletivo. Descreve e conceitua um fato social como o entendimento sobre as formas de pensar e agir de um determinado sujeito, sendo estes originários de forças que fazem com que o sujeito da ação tenha que adaptar-se ou adequar-se às regras pré-estabelecidas.

Em seu entendimento, um fato social é composto por três conceitos que apesar de distintos, estão interligados em seu significado mais amplo, sendo eles: generalidade, exterioridade e coercitividade. Todo fato social é geral a medida em que reverbera e em diferentes grupos sociais. São exteriores por serem anteriores ao momento da ação e exercerem efeito em diferentes grupos, ainda que estes não tenham interesse sobre o mesmo. É coercitivo porque está presente em um grupo de normas socialmente impostas.

2.2.2 – Processo de Socialização para Durkheim

Neste ponto e sob a ótica da sociologia, não trataremos do processo de socialização enquanto o período de adaptação escolar, quando a criança é inserida em um novo meio e rotina. Trataremos do ambiente escolar como um local de reconhecimento do outro em si ou em seus pares, através de suas histórias, vivências e cultura. Por compreender que o ambiente escolar é um espaço de troca de saberes informais, sistematização dos saberes formais e desenvolvimento pessoal e cultural.

Ao colocar o ser humano tanto como agente transformador e passivo do fato social, Durkheim descreve, sob a ótica da sociologia, como se dá o processo de desenvolvimento e socialização de um determinado grupo ou sujeito. E pensando a escola como o primeiro local de socialização logo após ao meio familiar, temos neste espaço um local diverso culturalmente, por ser receptor de crianças advindas de diferentes locais, estruturas, valores e conhecimentos.

Em seus escritos relaciona o que hoje chamamos de educação formal e informal e entende que, de acordo com Durkheim (*Educação e Sociologia*, p.51), conforme citado por Filloux (2010, p.16):

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que não estão ainda maduras para vida social. Tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais, que requerem dela, tanto a sociedade política em seu conjunto, quanto ao meio especial ao qual ela é mais particularmente destinada...Resulta da definição acima que a educação consiste em uma socialização metódica da jovem geração.

Portanto, cabe à escola atender às demandas político pedagógicas que estão legitimadas na sociedade. Identificar seus saberes individuais e sistematizar na coletividade a fim de atender às demandas advindas do meio social como um todo.

Desta forma, é pertinente que os profissionais envolvidos no meio escolar tenham ciência de que o processo de socialização perpassa também pela escuta acolhedora e valorizadora. E que através das informações colhidas, podem proporcionar um ambiente de troca de saberes, valorização da cultura e história entre aqueles que compõem a comunidade escolar.

2.3 -Educação Decolonial

A educação decolonial traz uma outra perspectiva e lança um olhar crítico sobre os conteúdos a serem trabalhados nos espaços escolares, bem como sobre a forma como são

apresentados e sobre a prática adotada nas escolas. Busca transpor a barreira histórica e socialmente imposta pelo pensamento eurocêntrico e colonizador, e propõe a desconstrução do mesmo através da abordagem dos fatos através de diferentes culturas.

Recuperar a história que foi apagada em função dos processos de colonização, também faz parte das premissas da educação decolonial. Dar voz e recontar a história sob a ótica daqueles que foram os agentes dos acontecimentos é primordial para que a mesma de fato aconteça, pois somente a partir destas abordagens é possível promover justiça social.

Apenas apropriar-se das teorias para prática educativa decolonial não foi o bastante para que de fato iniciássemos o trabalho de forma objetiva e eficaz. Transpor as barreiras do pensamento colonial, tão enraizado nas nossas práticas, tem sido um dos grandes desafios da educação.

Para que fosse garantido o direito da abordagem de temas étnico raciais nas escolas brasileiras, foi necessário instituir a Lei nº 10.639/03, que altera a LDB e estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africanas no ensino fundamental e médio.

Em 2008 foi promulgada a Lei nº 11.645/08 que instituiu o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, visando ressaltar a importância da cultura dos povos originários na formação histórica e cultural do país.

Ambas as leis trouxeram mudanças não só na educação básica, houve a necessidade de adequação também da grade curricular dos cursos de nível superior, principalmente nas licenciaturas, para suprir a demanda que surgiu na base da educação brasileira. No entanto, ainda não há disciplinas na grade curricular obrigatória dos cursos de graduação que atendam à estas leis. Em sua maioria são oferecidas disciplinas optativas e/ou eletivas. Conforme destacado por Vera Maria Candau (2010, p.31):

Destaca-se também a ampliação, principalmente após a publicação da Lei 10.639/03, de cursos de especialização sobre História da África, relações étnico-raciais e educação em diversas universidades, assim como grupos de pesquisa e disciplinas vinculadas a diferentes programas de doutorado e mestrado que abordam questões vinculadas e essa temática.

Embora a utilização das teorias de Durkheim, em um trabalho sobre decolonialidade, cause estranheza por ser um teórico europeu, cabe destacar que a sua escolha se deu por ser um dos pioneiros no que diz respeito ao processo de socialização e desenvolvimento

de crianças na primeira infância, dentro do meio escolar, de acordo com a perspectiva social. Diferente das demais correntes da época, que se debruçavam mais sobre as teorias da psicologia ao abordarem o desenvolvimento infantil.

Busco destacar a importância do trabalho e as contribuições de Émile Durkheim para as práticas de socialização da Educação Infantil e para os Anos Iniciais, entrelaçando-as com a história e cultura afro-brasileira, através de recursos didáticos como jogos, histórias e brincadeiras alinhados à nossa legislação.

2.4 – Práticas Decoloniais

No meio escolar, especificamente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, a apresentação e a construção de fatos históricos são abordados através dos feriados e datas comemorativas. Costuma-se desenvolver o tema ao longo de uma semana ou apenas em um único dia, através de atividades simplórias e superficiais, sem ou com pouco valor pedagógico, por terem sido elaborada diretamente pelo adulto, sem a efetiva participação da criança, como no Dia dos Povos Indígenas em que as crianças saem fantasiadas com roupas de TNT ou cordões de macarrão. O mesmo acontece no Dia da Consciência negra com a leitura de um único título ou apenas abordam a discriminação racial, quando ambas datas e assuntos nos permitem um diálogo muito mais amplo.

Sabe-se que estas datas são marcos na nossa história para lembrar as conquistas dos movimentos sociais e dos povos ancestrais e que para dar conta de toda sua amplitude é necessário a adoção de práticas decoloniais na rotina escolar.

O pensamento decolonial tem em seu seio o questionamento sobre qual tipo de visão e interpretação de mundo nos foi imposta e internalizada. E mais do que isso, propõem a substituição do entendimento passivo e submisso pelo protagonismo e posicionamento crítico diante da nossa história e da nossa formação social. “A decolonialidade é considerado como caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados durante todos esses anos, sendo também uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo.” (AVILA,2021).

Historicamente fomos agentes passivos do pensamento eurocêntrico na vida social e acadêmica. A inserção do pensamento e práticas decoloniais nos currículos escolares é recente e ainda estamos distantes de um ideal. “Ora, não somente as “sociedades mudam”, evoluem, tem uma história, mas, no próprio seio dessas sociedades, os sistemas de

educação institucionalizados, que correspondem, às suas necessidades, também evoluem e, por sua vez produzem suas próprias necessidades.” (FILLOUX,2010)

Sendo a sociedade um elemento mutável e a escola um local plural onde as mais diversas culturas convivem seguindo normas e leis elaboradas para atender às necessidades e demandas sociais, nada mais justo e correto do que elaborar e adotar leis que versam sobre o tema.

No caso do Brasil, em 2003 é publicada a lei 10.639 que altera a LDB estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura Afro-brasileira ou africanas e esta alteração só foi possível após muitas indagações e lutas dos movimentos sociais por igualdade e reparação histórica. E a partir desta alteração que os debates sobre as relações étnico-raciais são fortalecidos no meio acadêmico e na sociedade.

A partir do momento em que se surge a obrigatoriedade do ensino sobre a história e cultura Afro-brasileira e da história africana, surge também a necessidade de se repensar a prática educativa, devendo-se adotar o pensamento crítico e decolonial para atender à nova legislação. E em pouco menos de vinte anos, já vivenciamos mudanças ainda que sutis na rotina escolar. O Dia dos Povos Indígenas já não cabe mais no calendário escolar no mesmo formato de outrora. Assim como as “roupinhas de saída” feitas em TNT ou EVA, povos indígenas não são fantasias e sim a parte da nossa história que foi em boa parte dizimada devido ao processo de colonização e exploração das nossas terras.

Da mesma forma que não há mais espaço para as fantasias indígenas, apenas o dia 20 de novembro não é o suficiente para contemplar a magnitude da história afro-brasileira, assim como também não é apenas um dia para conversas sobre racismo e nem para comparações do tipo bom X ruim, certo X errado. Para que possamos efetivamente ter a prática decolonial, que contemple a importância desta data deve-se incluir no planejamento semanal atividades relacionadas ao tema como mitos e lendas, costumes, brincadeiras e festividades. Assim, quando chegarmos no Dia da Consciência Negra, teremos construído e conhecido uma gama de saberes e a data será um dia de culminância.

Pensar decolonialmente não versa apenas sobre as questões raciais, é também questionar o status quo sobre aquilo que nos é materialmente oferecido, está presente no nosso dia a dia e por muitas vezes a rotina ordinária de ser, ter e manter uma vida funcional nos faz aceitar o que é mais prático, de rápido consumo e palatável. Como se a vida seguisse os mesmos modelos das grandes redes de fast-food.

2.5 - Cozinha Ancestral

Muito tem se falado sobre cozinha ancestral, porém há que se ter cuidado para que não haja a apropriação cultural e banalização do termo. Cozinha ancestral é mais do que a partilha de saberes sobre receitas, perpassa pela mitologia do alimento, ritual de cultivo, preparação e por fim o ato de consumir o alimento.

A culinária ancestral possui em seu cerne a intencionalidade, por tanto ao preparar um prato tido como tal, é necessário ter ciência de que não só os alimentos e especiarias que o compõem tem uma história, como todo o ritual de seu preparo tem um significado e representação. Além de não levar em seu preparo alimentos industrializados. Em sua maioria os ingredientes utilizados são provenientes de agricultura familiar.

A culinária ancestral tem sua origem com os povos originário e ancestrais visto que ambos tinham nela o alicerce de sua cultura. O momento exato do plantio de determinados alimentos, assim como a sua colheita eram condicionados às fases da lua e data simbólicas para determinados povos. Desta mesma fora, ao se obter fartura no período da colheita, eram preparados e ofertados os alimentos primeiramente às entidades de cada povo, para posteriormente serem oferecidos e partilhados por todos.

Portanto, o ato da escolha, do preparo, da oferta e da partilha dos alimentos, compunha uma gama de rituais histórico culturais, além do processo de socialização entre aqueles que participavam de tal momento, fortalecendo o elo de comensalidade entre todos.

Considerando-se os princípios da cozinha ancestral, onde tudo o que é utilizado no preparo é oriundo de processos e rituais, e transpondo para os dias atuais, temos nela uma possibilidade de relação consciente e salutar, tanto no sentido social e nutricional, entre aquilo que nos é oferecido e o que de fato consumimos. É estar ciente de que as práticas alimentares envolvidas e praticadas são benéficas e completas em sua amplitude e complexidade.

2.6 – Alimentação Saudável e Ancestralidade na Legislação Educacional Brasileira

No que diz respeito à alimentação, temos em nossa legislação artigos que garantem e tornam o acesso à alimentação uma obrigação do Estado. Entendendo o ato de alimentar-se como uma necessidade fisiológica permeada por aspectos culturais, também temos leis e programas do governo que atendem à estas necessidades, como o caso do PNAE, que entende a alimentação como um ato também cultural e sugere que a

compra de alimentos ofertados nas escolas dos estados e municípios contemplem este quesito.

O direito à alimentação presente no Artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Capítulo II, Artigo 6º da Constituição Federal Brasileira, em parte se concretiza nos programas federais e municipais de educação.

No âmbito federal o PNAE, garante o repasse de verba para as Secretarias Estaduais de Educação, Prefeituras Municipais e Unidades Gestoras das instituições educacionais federais. Valor este a ser calculado de acordo com o número de alunos registrados no Censo Escolar. Está pautado na garantia de acesso à alimentação saudável que contemple os valores culturais e nutricionais condizentes com o bem estar físico e social dos alunos.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um eixo fundamental para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional no país, calcado no emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional; o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. (BRASIL,2008)

Visando atender aos critérios estabelecidos pelo PNAE e buscando combater a obesidade infantil, bem como doenças relacionada à má alimentação como diabetes e hipertensão, e garantir o direito constitucional sobre a alimentação, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro sancionou uma lei, através do decreto nº 52.842, que busca promover no ambiente escolar hábitos alimentares saudáveis e proíbe a oferta de alimentos industrializados ultraprocessados em escolas públicas e particulares. Comprometeu-se a realizar ações que incentivem o consumo de alimentos naturais e adquirir os mesmos de produtores locais, proveniente da agricultura familiar e/ou de empreendedores familiares rurais.

3 DESENVOLVIMENTO

Este produto educacional foi pensando e desenvolvido buscando proporcionar a reflexão sobre a prática pedagógica dos professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental através de propostas de atividades distintas para cada etapa. Apropria-se dos conceitos de socialização apresentados por Durkheim, cruzando os mesmos com os princípios da educação decolonial e ampara-se em programas federais e lei municipais que versam sobre a importância e conscientização a cerca de uma alimentação mais saudável. Apresenta duas possibilidades de se desenvolver um trabalho onde o pensamento decolonial se faz presente. Está na forma de um projeto a ser desenvolvido ao longo de um mês, porém intencionando construir um repertório onde possamos fundamentar nossas práticas diárias.

Tá na Hora do Papá!

Historicamente a hora da refeição é um momento de troca onde sentar-se à mesa subjetivamente significa mais do que suprir às nossas necessidades fisiológicas, energéticas e vitamínicas. Nos povos ancestrais o ato de alimentar-se muitas vezes era parte de um ritual.

Tais rituais perpassavam pelo processo do plantio, cultivo, pela espera paciente e cuidadosa até o momento da colheita. A depender da época do ano em que se ocorria a colheita e o do tipo de alimento, eram feitas celebrações com danças, cantorias, vestimentas ou pinturas corporais específicas como forma de agradecimento. Estes eram também meios de socialização, onde havia partilha de saberes e histórias através dos rituais de preparo e das celebrações. Atualmente existem restaurantes que tem como proposta a [cozinha ancestral](#) e buscam proporcionar esta experiência aos seus clientes.

Portanto, a escolha da Hora do Papá é intencional, pois através dela poderemos desenvolver temas variados dentro da perspectiva decolonial, contemplar os campos de experiências exigidos pela BNCC, bem como atender à Lei nº 10. 639/03 e vivenciar o processo de socialização como forma de troca de conhecimento e saberes entre os alunos.

Os planos de aula a seguir são sugestões gerais de como podemos abordar estes temas e logo após cada um, tem-se as propostas de desenvolvimento para cada aula.

3.1 Educação Infantil

Estar e atuar na Educação Infantil requer um pouco mais do que o pleno domínio sobre o assunto que está sendo abordado. Crianças pequenas na faixa etária que compreende os quatro e cinco anos de idade são questionadoras e “Porque, sim” ou “Porque, não” nunca são o bastante. Precisamos mais do que respostas prontas e embasadas teoricamente. Elas precisam experienciar tudo aquilo que lhes é apresentado. Brincar, manusear, forjar a realidade, trocar com seus colegas e assim construir os seus conhecimentos.

Vejamos:

Planejamento 1- Educação Infantil

Será que meu papá vem da cozinha?	
Campo de Conhecimento:	O eu, o Outro e nós
Turmas:	Crianças entre 4 e 5 anos (equivalente à Pré escola I e II)
Carga horária:	4 aulas
Avaliação:	Formativa e processual
Objetivo	
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a origem de comidas típicas da nossa cultura • Estabelecer relação entre práticas tradicionais de socialização e práticas atuais • Conhecer toda cadeia produtiva desde o plantio dos alimentos até a manipulação dos mesmos. • Vivenciar o preparo do próprio alimento e os cuidados pertinentes à estas práticas • Provar o próprio alimento 	
Conteúdo programático	
<ul style="list-style-type: none"> • Contando e recontando: História sobre hábitos alimentares de povos ancestrais, roda de conversa para interpretação textual. • Conversa sobre festas tradicionais, rituais de preparação dos alimentos e socialização • Relembrando nossas conversas e escolhendo a nossa culminância. • Vivenciando nossas histórias 	
Recursos	
<ul style="list-style-type: none"> • Livro de histórias que abordem a temática da ancestralidade e/ou decolonialidade: Sugestões: Betina -Nilma Lino Gomes 	

<p>De onde vem nossa comida? Caderno de Educação em Agroecologia Tapajós- Fernando Vilela A África recontada para crianças- Avani Souza Silva O Tupi que você fala- Claudio Fragata</p> <ul style="list-style-type: none">• Cartolina• Cartões de imagens ou o próprio alimento a ser preparado

(Fonte: A autora, 2023.)

3.1.1.-Sugestão de desenvolvimento para cada aula:

Aula 1- Conhecendo outras histórias

Através de roda de uma roda de conversa realizar a sondagem sobre a história de cada criança para verificar o conhecimento prévio de cada um sobre o tema e para que possam conhecer uns aos outros através de suas percepções.

Realizar a leitura de um livro sobre o tema e registrar em uma cartolina a ser fixada na parede para que as crianças possam ter contato visual com o tema ao longo dos dias, ainda que estejam trabalhando em outros assuntos concomitantemente. O registro pode ser feito através de pesquisa imagética ou desenhos individuais.

É interessante realizar jogos, brincadeiras e apresentar músicas dentro da temática até que se inicie a semana seguinte. Se possível, separar um espaço dentro da própria sala de aula, onde possam organizar objetos, livros, recortes e demais recursos que forem sendo elaborados para que os alunos possam manuseá-los nos momentos de brincadeira livre.

Aula 2- Tem festa na casa dos meus amigos!

Elaborar previamente um calendário onde será marcada a data da culminância junto à turma.

Em uma roda de conversa, relembrar a história que foi contada na aula anterior e despertar o interesse da classe para as práticas de socialização ancestrais, através da apresentação de cartões de imagem onde possam ver os elementos que compunham essas festas. Se utilizavam plantas, vestimentas ou pinturas corporais. Explicar que para cada festa existia um tipo de alimento e ritual de preparo específicos. Mostrar alimentos que eram mais utilizados e que estão presentes na alimentação do nosso dia a dia como mandioca, milho, peixe, fubá. Propor uma festa e marcar a data no calendário e expor para que possa ser trabalhada a noção temporal.

Após a escolha da data, realizar a votação sobre o nome da festa escolhida pela turma.

Aula 3- De onde vêm o meu papá?

Após a apresentação dos alimentos mais utilizados na culinária ancestral. Mostrar como se dava o preparo dos pratos, indo desde o plantio até a colheita e até o consumo. Conversar sobre a importância da alimentação saudável, estabelecendo a diferença dentre aqueles que já vem prontos para consumo. Nesta aula é importante destacar que a escolha dos alimentos e dos temperos na comida ancestral tem um propósito. Dizer que hoje em dia ainda é possível se alimentar bem e propor um desafio para as famílias. Cada criança irá escolher um alimento de sua preferência (milho, canjica, fubá, amendoim, mandioca, frutas diversas, temperos diversos) e junto à família irá preparar um prato para contribuir com a ceia no dia da culminância, ressaltando a importância de que não levar nada comprado pronto “Nada embalado, foi feito com cuidado!”. Pois para que o objetivo da atividade seja alcançado é imprescindível que a criança vivencie o momento do preparo.

Aula 4- Hoje vai ter festa!

Comida ancestral é festa, é celebração é prática de socialização. E para contemplar este campo de conhecimento, propõem-se a elaboração de um convite para que as demais turmas possam vivenciar o momento da festa. Decorar a sala ou refeitório para o recebimento dos convidados e orientar os alunos para que ao recepcioná-los cada criança irá falar um pouco sobre o que aprenderam e sobre o que trouxeram para compartilhar com os amigos.

3.1.2- Ensino Fundamental: Anos Iniciais

Na primeira etapa do Ensino Fundamental consolida-se os conhecimentos previamente aprendidos na Educação Infantil e dá-se a alfabetização. Os conteúdos já não estão mais distribuídos em Campos de Experiência, mas em Áreas de competências, sendo elas: Linguagens (Português, Artes, Educação Física), Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso e BNCC destaca a importância da aprendizagem através da ludicidade.

Para esta etapa será proposto um projeto interdisciplinar de forma que cada área de competência seja contemplada e assim possa ser desenvolvida uma proposta decolonial e de socialização de forma ampla.

Planejamento 2- Anos Iniciais

Minha comida não vem só do mercado	
Campo de Conhecimento:	Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza
Turmas:	1º Ano do Ensino Fundamental
Carga horária:	4 semanas
Avaliação:	Formativa e processual
Objetivo	
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar a vivência prática dos conceitos de decolonialidade e socialização de forma a contemplar todas as áreas de conhecimento • Estimular o processo de alfabetização • Conhecer os diferentes meios de produção alimentar • Identificar a matriz cultural daquilo que é consumido • Estimular os bons hábitos alimentares e de higiene. • Conhecer novas culturas e brincadeiras 	
Conteúdo programático	
<ul style="list-style-type: none"> • Ler o mundo e conhecer a nossa história através da alimentação • Escolher meu alimento, plantar e acompanhar o seu crescimento • Descobrir a origem dos nossos alimentos • Vivenciando e saboreando o que eu mesmo fiz. 	
Recursos	
<ul style="list-style-type: none"> • Livro de histórias que abordem a temática da ancestralidade e/ou decolonialidade: Sugestões: Betina -Nilma Lino Gomes De onde vem nossa comida? Caderno de Educação em Agroecologia Tapajós- Fernando Vilela A África recontada para crianças- Avani Souza Silva O Tupi que você fala- Claudio Fragata • Cartolina • Cartões de imagens ou o próprio alimento a ser preparado • Terra, sementes ou pedaços de raízes para plantio 	

(Fonte: A autora, 2023.)

O projeto foi pensado para ser desenvolvido com turmas do primeiro Ano do Ensino Fundamental e por quatro aulas os temas se cruzarão de forma interdisciplinar objetivando oferecer um aprendizado lúdico e significativo.

3.1.2.3- Sugestão de desenvolvimento semana a semana

Semana 1- Letras quando se juntam formam o mundo.

Tendo a Alimentação como tema gerador, será feita a leitura de livros que abordem o mesmo sobre a perspectiva decolonial e apresentem possibilidades de trocas de saberes e socialização. Dentro das opções apresentadas no planejamento, sugere-se que primeiro seja feita leitura do livro “De onde vem a nossa comida?” para que logo nos primeiros dias sejam apresentadas as diferentes formas de plantio, assim como a conscientização sobre a importância da alimentação saudável. Nos dias que se seguirem a leitura deste título e a conversa sobre o assunto, deve-se ser feita a escolha do alimento a ser investigado e o plantio de mesmo, para que haja tempo hábil de realizar o registro de crescimento posteriormente.

Sugestão de alimentos que podem ser plantados e que são de crescimento rápido: batata doce, cebolinha, feijão, beterraba, cenoura, coentro.

Elaborar um caderno de registro para que os alunos possam anotar as palavras que irão descobrir e registrar o processo de crescimento do alimento a ser escolhido.

Áreas de conhecimento contempladas: Língua portuguesa, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

Semana 2- Tupi or not tupi, that’s the question!

Ainda dando ênfase ao processo de alfabetização, na segunda semana deverá ser feita dos livros “O tupi que você fala” e “África recontada para crianças”. Sendo o primeiro para identificação, mapeamento e registro das palavras que são usadas no nosso cotidiano, se possível separando aquelas que são de matriz indígena, daquelas que de matriz africana.

Já com a segunda leitura pretende-se apresentar os aspectos culturais do continente africano e identificar quais deles estão presentes em nós. Sugere-se que seja

feito um registro coletivo em cartaz da localização do referido continente e do Brasil para ficar exposto em sala de aula.

Escolha do alimento a ser estudado e posteriormente preparado e servido pelos alunos. É importante que este alimento seja escolhido através de votação entre os alunos para que também possam experienciar os mecanismos democráticos de escolha.

Áreas do conhecimento contempladas: Língua Portuguesa e Ciências Humanas.

Semana 3- Quanto custa isso aqui?

Na terceira semana, além da observação do processo de plantio, crescimento do alimento escolhido e registro da observação, iremos trabalhar com o sistema monetário e noções de grandeza. Também iremos elucidar questões relativas ao tipo de alimento que compramos no mercado, através de conscientização sobre os alimentos ultraprocessados, o que compramos na feira e aqueles que podemos fazer em casa.

Se possível solicitar às famílias que enviem um pacote de alimento não perecível como arroz, macarrão, feijão e fubá ou alimentos terrosos como batata, inhame, aipim, para a montagem de um mercadinho onde os clientes poderão optar por pagar com dinheiro ou através do peso, sendo o mais leve de menor valor e o mais pesado de maior valor, De forma que todos possam realizar suas compras, visto que o acesso à alimentação é um direito garantido à todos através da Constituição Federal de 1988 e nenhuma criança deverá ficar sem nada.

Ao final desta atividade todos os alimentos deverão ser doados em forma de cesta básica para instituição a ser escolhida.

Áreas de conhecimento contempladas: Ciências Humanas.

Semana 4- Brincadeira é coisa séria.

Para finalizar o projeto sugere-se uma pesquisa sobre a origem das brincadeiras populares e a distinção entre aquelas que são de origem indígenas e as africanas. Após a escolhas e o momento da experimentação por meio do brincar, sugere-se que seja feito o registro da brincadeira em tela de pintura utilizando colagem como técnica artística.

Ainda nesta última semana propõe-se a confecção de um prato com o alimento que foi plantado para vivenciar o cuidado com o preparo dos alimentos e posterior degustação do mesmo. Se possível, neste mesmo dia realizar a culminância com a exposição com todos os registros que foram realizados ao longo do mês.

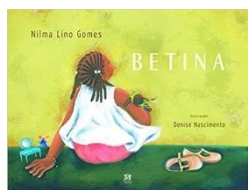
Áreas de conhecimento contempladas: Arte, Educação Física, Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

Descrição da bibliografia sugerida:

Através da literatura pretende-se apresentar o pensamento decolonial e os conceitos abordados neste projeto de forma lúdica e com linguagem adequada aos segmentos da Educação Infantil e Aos Iniciais. A baixo segue a sinopse de cada livro sugerido como literatura de referência.

- **Betina**

Figura 1- Capa do livro Betina



A lição do penteado, Betina aprendeu da amorosa avó e a avó aprendeu com a mãe dela que aprendeu com outra mãe que tinha aprendido com uma tia. Só que Betina foi além e espalhou a lição para filhas e filhos, mães e avós que não eram os dela. Ela abriu um salão de beleza diferente e ficou conhecida em vários lugares do país. Mas Nilma Lino Gomes tem muitos detalhes deliciosos dessa linda história. (In: GOMES, Nilma Lino. Betina. Minas Gerais: Mazza Edições, 2021)

- **De onde vem nossa comida?**

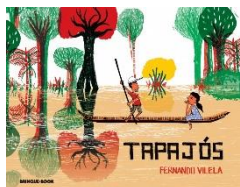
Figura 2- Capa do livro de vem nossa comida?



Esse caderninho, lançado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra durante a 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária de 2015, chega a sua 2ª edição em março de 2016. Ele serve de material de trabalho junto aos jovens no sentido de conhecermos um pouco sobre a produção das plantas, a domesticação dos animais, as mudanças que ocorrem na agricultura e que impactos trouxeram sobre a vida. Como começamos a cultivar os alimentos? Como começou a agricultura? De onde ela veio? Esperamos, com esse caderninho, compreender melhor a importância da produção de alimentos saudáveis e da agroecologia. (In: EXPRESSÃO POPULAR. De Onde Vem Nossa Comida? 2016.)

- Tapajós

Figura 3- Capa do livro Tapajós



Cauã e Inauê vivem às margens do Jari, um pequeno canal que liga o rio Amazonas ao rio Tapajós, no estado do Pará. Os irmãos vivem em uma casa simples, de palafitas, com os pais e Titi, o jabuti de estimação da família. Mas o personagem principal do livro é, na verdade, o próprio cenário da pequena vila, que é de encher os olhos. (In: VILELA, Fernando. Tapajós. Brinque Book,2014)

- A África recontada para crianças

Figura 4- Capa do livro A África recontada para crianças



Com muita criatividade, este livro nos convida a uma viagem pelas histórias contadas nos países africanos onde também se fala português. Angola, Moçambique, Guiné- Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe... Lá tem lobo, coelho, leão – e muitas outras aventuras. As histórias deste livro são, acima de tudo, bem humoradas. Atravessadas por adivinhas, músicas, descrições de gastronomia, vestimentas e tantos outros elementos que formam a cultura de um país. Um tributo à África, à língua portuguesa e aos contadores de histórias. As crianças agradecerão, e nós, adultos, também. (In: SILVA, Avani Souza. A África Recontada para Crianças. São Paulo: Martin Claret,2020.)

- O tupi que você fala

Figura 5- Capa do livro O tupi que você fala



Guri, pipoca, saci, guaraná, abacaxi. Podemos não perceber, mas é comum falarmos tupi. As palavras de origem indígena fazem parte do nosso cotidiano e com *O tupi que você fala* as crianças descobrirão que vários alimentos, animais e plantas têm nomes dados pelos índios. (In: FRAGATA, Cláudio. O Tupi que Você Fala. São Paulo: Globo Livros, 2015.)

4 CONCLUSÃO

Vivemos um momento de transformação social e de mudanças conceituais sobre aquilo que nos formou enquanto cidadãos. Entender-se enquanto ser social passivo e ativo destas forças e compreendê-las não é tarefa fácil, uma vez que toda transformação traz consigo questionamentos diversos. Historicamente sabemos que o ambiente escolar é um dos principais meios de socialização logo após a família. Por esta razão, este trabalho trouxe duas propostas de formas atividades que envolvem práticas e socialização para as primeiras etapas da Educação Básica.

Através do alinhamento destes conceitos junto às orientações das Base Nacional Curricular Comum e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi possível elaborar propostas voltadas para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Propostas estas que são capazes de proporcionar a vivência, experimentação e a aprendizagem dos ideais de decolonialidade e socialização.

Como um material elaborado de professora para professores, acredito que todas as atividades propostas são passíveis de serem aplicadas e desenvolvidas, considerando adaptações à realidade de cada escola. No entanto, é um trabalho que não tem a intenção de ter fim após quatro aulas ou quatro semanas. É uma ideia de como podemos adotar em nossa prática diária conceitos sociológicos tão necessários para fomentar as transformações pelas quais estamos passando.

REFERÊNCIAS

AVILA, Milena Abreu. Colonialidade e Decolonialidade. Você conhece esses conceitos?. **Polítze!** 27 jun.2023. Disponível em:

<<https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/> Acesso em: 06 out.2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 10639/03. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm . Acesso em: 06 out.2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/96. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf. Acesso em: 20 set.2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 11.645/08. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm . Acesso em: 12 dez .2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**: educação é a base. Brasília: MEC/SEF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase> . Acesso em: 20 set.2023.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Cotidiano escolar e práticas interculturais**. Cadernos de Pesquisa, v.46, n.161, p.802-820, jul/set.2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143455> . Acesso em: 20 set.2023.

Cozinhas ancestrais mantêm vivas as memórias dos povos indígenas e de matriz africana no Brasil. **Mst.org.br**. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/24/cozinhas-ancestrais-mantem-vivas-as-memorias-dos-povos-indigenas-e-de-matriz-africana-no-brasil/> . Acesso em: 06 out.2023.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EXPRESSÃO POPULAR. **De Onde Vem Nossa Comida?** 2016.

FILLOUX, Jean-Claude. **Émile Durkheim**. Recife: Editora Massangana, 2010.

FRAGATA, Cláudio. **O Tupi que Você Fala**. São Paulo: Globo Livros, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Betina**. Minas Gerais: Mazza Edições, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Lei nº 11.947, de 16/6/2009, CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020. Disponível em:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>.

Acesso em: 19 nov.2023

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em Revista, **Belo Horizonte**, v.26, p.15-40, abr.2020.

Prefeito Eduardo Paes sanciona lei para melhorar a alimentação nas escolas. Rio Prefeitura, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.rio/casa-civil/prefeito-eduardo-paes-sanciona-lei-para-melhorar-a-alimentacao-nas-escolas/> . Acesso: 19 nov.2023

VILELA, Fernando. **Tapajós**. Brinque Book,2014.

SILVA, Avani Souza. **A África Recontada para Crianças**. São Paulo: Martin Claret,2020.